

ATA N.º 2/2020:

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29 DE JANEIRO DE 2020:

No dia vinte e nove de janeiro de dois mil e vinte, pelas vinte e uma horas e dezanove minutos, na Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó - Freguesia de Marateca, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as António Manuel da Silva Braz, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço, Adilo Oliveira Costa, Paulo Jorge Simões Ribeiro, Luís Miguel Reinho de Oliveira Calha, Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo e Palmira Maria Santinhos Hortense.

O **Sr. Presidente** cumprimenta os presentes.

O **Sr. Presidente** menciona que, na sequência do pedido de substituição apresentado pelo Sr. Vereador Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristovão, para esta reunião de câmara, foi convocado o Sr. António Manuel da Silva Braz, nos termos do n.º 1, do art. 79º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação (Anexos a esta Ata como documento n.º 1).

Os pontos que constituem a Ordem do Dia desta reunião são os seguintes:

PONTO 1 – 1.ª Alteração ao Orçamento 2020 e Grandes Opções do Plano 2020-2023

PONTO 2 – Renovação do Protocolo de Colaboração para apoio ao funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes

PONTO 3 – Indicação do representante do Município na Associação 'UNIV Sénior de Palmela'

PONTO 4 – Autorização para abertura de procedimentos concursais para constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado

PONTO 5 – Bolsas de Estudo ano letivo 2019/2020

PONTO 6 – Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre os Municípios de Palmela, Sesimbra e Setúbal e a UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo

PONTO 7 – Atribuição de apoios financeiros no âmbito do Março a Partir 2020

METODOLOGIA DAS REUNIÕES DESCENTRALIZADAS

O **Sr. Presidente** começa por explicar que nas reuniões descentralizadas se inverte a metodologia de funcionamento, para possibilitar o período da Intervenção do público no seu início, em seguida o Período Antes da Ordem do Dia e por último, a Ordem do Dia.

APROVAÇÃO DE ATA

Ao abrigo do preceituado nos n.ºs. 2 e 6 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, a Câmara Municipal de Palmela delibera a aprovação da seguinte ata, sendo a mesma assinada pelo Sr. Presidente e por quem a lavrou. Foi dispensada a leitura da mesma, por unanimidade, por ter sido previamente distribuída a todos os membros do órgão executivo:

— ATA n.º 26/2019, da reunião ordinária de 18 de dezembro de 2019.

A ata foi aprovada, por maioria, com a abstenção do/a Sr./a Vereador/a António Braz e Palmira Hortense, que justificam a sua abstenção por não terem estado presentes na referida reunião.

DESPACHOS EMITIDOS PELO SR./A DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E RECURSOS HUMANOS E CHEFE DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO E ADMINISTRAÇÃO GERAL, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS:

No âmbito do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos / Divisão de Atendimento e Administração Geral / Secção de Licenciamentos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 2, dos processos despachados pelo/a Sr./a Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, Paulo Pacheco e Chefe da Divisão de Atendimento e Administração Geral, Pilar Rodriguez, no período compreendido entre 15.01.2020 e 28.01.2020.

DESPACHOS EMITIDOS PELA SRA. VEREADORA FERNANDA PÉSINHO, POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA:

No âmbito do Departamento de Administração Urbanística:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 3, dos

processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho, no período compreendido entre 13.01.2020 e 24.01.2020.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento, à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 15.01.2020 a 28.01.2020, no valor de 1.905.215,72 € (um milhão, novecentos e cinco mil, duzentos e quinze euros e setenta e dois cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 4.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 28.01.2020, apresenta um saldo de 13.691.666,37 € (treze milhões, seiscentos e noventa e um mil, seiscentos e sessenta e seis euros e trinta e sete cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 12.431.010,85 € (doze milhões, quatrocentos e trinta e um mil, dez euros e oitenta e cinco cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 1.260.655,52 € (um milhão, duzentos e sessenta mil, seiscentos e cinquenta e cinco euros e cinquenta e dois cêntimos).

SEMANA DA FREGUESIA DE MARATECA

O **Sr. Presidente** informa que a presente reunião descentralizada insere-se no âmbito do programa denominado como a "*Semana das Freguesias*". A semana dedicada à freguesia de Marateca decorre de 27 a 31 de janeiro de 2020. Refere que iniciaram a semana com um trabalho interno no município, com uma reunião de coordenação entre o executivo da União de Freguesias de Poceirão e Marateca e o executivo municipal com pelouros atribuídos, na qual foram analisadas e esclarecidas questões ligadas à freguesia e mais um conjunto de reuniões e contactos com as instituições, associações e agentes económicos da freguesia, na qual tiveram a oportunidade de prestar alguns esclarecimentos e fazer o ponto de situação relativamente a algumas obras concluídas, a decorrer ou a lançar na freguesia, tendo como principal objetivo estar mais próximos e conhecer melhor as expectativas dos cidadãos e estreitar, cada vez mais, a relação entre o município, os cidadãos e as freguesias. A habitual reunião quinzenal realiza-se aqui na Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó, a qual saúda pelo acolhimento e,

esclarece que nas reuniões descentralizadas, inverte-se a ordem de trabalhos para dar prioridade ao período destinado à intervenção do público para o início.

Refere que na segunda-feira foi realizada uma reunião interna de coordenação, procurando junto dos serviços municipais fazer o balanço de um conjunto de questões de gestão corrente referentes a esta freguesia e também preparar os diversos dossiês. No período da tarde, foi feita uma visita a pé em Águas de Moura, junto do comércio local para falar sobre as questões que interessam, aliás, dinâmicas não só económicas, mas também sociais da freguesia e seguidamente, foram visitar o campo de jogos do olival, para um breve contacto com o Clube Desportivo e Recreativo de Águas de Moura, em particular, para perceber o trabalho que está a ser feito, o qual atravessa um excelente momento competitivo e, recorda que o município participou nas recentes beneficiações do campo, ou seja, no relvado sintético, na iluminação eficiente, possibilitando que as infraestruturas tenham melhores condições e outra atratividade para que as famílias coloquem as suas crianças ali a praticar desporto. Depois, tiveram a oportunidade de fazer uma reunião com o movimento associativo da freguesia, na qual estiveram também presentes o Sr. Vereador da Cultura e Desporto, técnicos do município e também a Sra. Presidente da União de freguesias, para recensear algumas preocupações, pedidos e expectativas, mas também para recordar os prazos para apresentação de candidaturas no âmbito do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo que é até dia 31 de janeiro e a oportunidade de divulgar, no caso das Associações desportivas, a existência do programa de reabilitação de instalações desportivas do IPDJ que tem as candidaturas abertas até dia 20 de fevereiro e, nestas candidaturas é imperativo que o município tenha de se associar a estes projetos, para que elas possam vir a ter bons resultados. Nessa reunião, entre outras matérias, foram também recenseadas propostas para a dinamização social e cultural das comunidades e tiveram a oportunidade de apresentar o projeto final de requalificação do Centro Comunitário da Águas de Moura, que é um projeto ambicioso o qual consideram que vai responder às necessidades da aldeia, ficando bem preparado para o futuro. É um investimento de cerca de 500 mil euros, com uma candidatura a fundos comunitários que foi aprovada antes do final do ano e cujo concurso para a empreitada está pronto, mas só pode ser lançado para o mês de maio ou junho, assim que obtiverem a aprovação do empréstimo e também o visto do Tribunal de Contas. Portanto, é uma intervenção que visa corrigir, em primeiro lugar, as acessibilidades do edifício, uma vez que se trata do aproveitamento do antigo quartel dos bombeiros, com zonas de vários níveis e, de facto, todas as obras públicas e também das particulares recentes, têm o desafio de resolver a questão das acessibilidades e de tornar os edifícios inclusivos, nomeadamente nas questões como os elevadores, acesso a tardoz, acessos na parte da frente. Para este edifício, irá ser transferido o Pólo da Biblioteca, criado um Centro de Recursos para a Juventude na entrada, nas traseiras irá funcionar como um espaço multiusos que irá permitir múltiplas atividades ligadas ao teatro, música, dança, as marchas.

Também a loja social vai continuar no Centro Comunitário da Águas de Moura, mas será deslocalizada a tardo da Rua Hermenegildo Capelo e os restantes piso irão ter salas para exposições, para formação e outros encontros, para outras dinâmicas e, sobretudo para acolher as associações que não tendo sede, ali têm o seu espaço para poderem desenvolver o seu trabalho, nomeadamente a Associação de festas, o TELA e também o grupo de comerciantes, que tem ajudado a dinamizar a baixa comercial de Águas de Moura. Foi uma reunião interessante, não só por causa do projeto, mas, sobretudo, porque permitiu partilhar algumas soluções e algumas preocupações, como cativar mais jovens em Águas de Moura para as dinâmicas e para as instalações que vão ali ficar com condições de excelência para desenvolverem as atividades que ali entenderem desenvolver.

Na terça-feira realizaram a reunião com o executivo da União de freguesias que também foi muito profícua, na qual foram analisadas questões levantadas pela junta e feito o ponto de situação relativamente a obras concluídas ou a decorrer na freguesia, com base numa lista de obras e intervenções em curso ou prestes a entrar em obra. Foi igualmente possível confirmar que o peso do investimento efetuado na Marateca, neste ciclo de trabalho, tem, de facto, um investimento sem precedentes e foi obviamente, alavancado pelo recurso a fundos comunitários de onde destaca a ampliação e requalificação da Escola Básica de Águas de Moura, a requalificação do Centro Comunitário, dos espaços exteriores em Fernando Pó, a dinamização da baixa comercial da Águas de Moura, a infraestruturação de Cajados que é um projeto também ambicioso na ordem dos 560 mil euros, as várias pavimentações e repavimentações que tiveram hoje também a oportunidade de visitar. Depois de encerrada a maior parte dos assuntos de gestão corrente, tiveram ainda a oportunidade de conferir outras questões que merecem sempre atenção nestes territórios, nomeadamente questões relacionadas com a sinalização e trânsito, rede viária, com a necessidade de fiscalização acrescida face à má utilização do próprio espaço público e dos caminhos, porque existem situações de pessoas que ao lavrar e fazer os seus trabalhos agrícolas, por vezes lavram também os caminhos. Depois, destaca que foi importante confirmar, quer pelos dados que a União de freguesias apresentou, quer pelas visitas que fizeram sobre a questão dos monos e resíduos na freguesia de Marateca e Poceirão, que tem tido, de facto, uma resposta correta e pela positiva, com uma evolução de resultados. Aliás, a União de freguesias, de 2018 para 2019, passou de recolher 844 toneladas para 1022 toneladas, portanto, trabalhou muito, procurando dar resposta a este flagelo, até porque continua a haver algumas deposições indevidas, que mesmo hoje, em Cajados depois da limpeza, umas horas depois, puderam observar uma situação menos agradável, mas é um facto, que Junta de Freguesia tem desempenhado bem esta competência que lhe está descentralizada.

Depois, destaca uma reunião que tiveram sobre uma matéria que tem sido uma das maiores preocupações para a aldeia de Águas de Moura, nomeadamente a questão do trânsito, da velocidade e da circulação de veículos pesados, que é a questão da desnacionalização da

estrada, que depois de contactos institucionais que já haviam sido feitos, há cerca de um mês, nas Infraestruturas de Portugal, depois de ter sido estabelecido um primeiro pré-acordo, uma primeira abordagem sobre o assunto, convidaram para vir a Águas de Moura para se perceber como se circula e como é complicado conviver com aquele trânsito de veículos pesados e com algumas velocidades que desrespeitam os limites impostos naquelas zonas. Embora o município tenha uma posição de princípio desfavorável à descentralização de competências também nesta área, na forma de como ela está gizada, sempre se mostrou disponível para uma desnacionalização da estrada, por uma descentralização da estrada negociada como deve ser e, por isso, foi muito importante esta negociação que estabeleceram e que pode ficar na história, uma vez que as Infraestruturas de Portugal estão disponíveis para contratualizar com o município a desclassificação daquele troço da Estrada Nacional, desde a Igreja até à saída da Rua Gulbenkian, através de um acordo de mutação dominial que teve como pressuposto a necessidade de repavimentação, nova sinalização horizontal em toda a via e a colocação de um semáforo limitador de velocidade, que obrigue os veículos pesados, logo à entrada, a parar numa daquelas passadeiras se ultrapassarem os 40 ou 50 km/hora. Desta negociação, só falta acertar se irá ser as infraestruturas de Portugal a assumir as obras e depois entregar a estrada e, a partir daí, a responsabilidade será municipal, no futuro, ou se na impossibilidade de fazer estas obras a tempo e horas, seja feito por via de acordo a transferência da verba para que seja o município a fazer a repavimentação, a pintura e a colocação do semáforo limitador de velocidade.

Posteriormente, no final do dia, para além de outras visitas efetuadas, realizaram uma reunião, também muito importante, na adega “Fernão Pó - Winery”, com produtores de vinho e a AVIPE – Associação de Viticultores do Concelho de Palmela, para refletir sobre estas questões da competitividade, modernização, da requalificação e que desafios se colocam atualmente no setor e, simultaneamente, voltar a pensar no conceito do Centro Rural Vinum, onde já existem dois investimentos públicos de referência, nomeadamente este pavilhão para dar outras condições à “Mostra” e a requalificação dos espaços exteriores, para garantir melhores condições de fruição e acolhimento para o enoturismo. Portanto, o município está a procurar intensificar, não só com empresas que fazem pequenos circuitos turísticos com carrinhas de 9 lugares para virem à aldeia, mas também com a CP, como aliás, tem vindo a ser experimentado nos últimos anos, durante o período da “Mostra”. Também procurar recolher opiniões dos vitivinicultores, dos agentes económicos mais interessados na dinâmica da antiga escola e sobre aquilo que se pretende fazer lá, a par de dois projetos-âncora que já estão definidos para esse local, nomeadamente o Centro de Interpretação, mas também a predisposição do município, porque já encetou negociações para se poder instalar ali a sede da AVIPE, porque é um serviço que interessa a esta localidade e, também a eventual aceitação da parte da PORVID – Associação Portuguesa para a Diversidade da Videira, para instalar-se em Fernando Pó, no sentido de agregar este conjunto de sinergias para o investimento que se pretende fazer numa

candidatura que está prevista apresentar antes do final deste ano para a antiga escola de Fernando Pó.

A par destas questões, realça uma outra questão que foi assumida como um compromisso de mandato, ou seja, perante a dificuldade das operadoras de serviços de telecomunicações investirem numa localidade pequena como esta, na colocação de pontos de rede de internet e Wifi, o município aproveitou uma candidatura no âmbito da União Europeia "WiFi4EU", para a colocação de pontos de rede WiFi em várias localidades e procurou privilegiar precisamente esta freguesia, e no caso de Fernando Pó com 2 Hot-spots, 1 na escola de Águas de Moura, 1 na aldeia de Águas de Moura, na baixa comercial, junto ao Centro Comunitário e também na zona do Sobreiro que é uma zona também muito visitada, para que esta freguesia não perca o "comboio das tecnologias", uma vez que atualmente é indispensável, também para outros serviços que estão relacionados com a visitação e turismo.

No âmbito das visitas realizadas durante esta quarta-feira, com toda a vereação, comunicação social e técnicos municipais, destaca a visita à "Parmalat", uma empresa sediada há muito tempo no concelho, mas que já não era visitada há muitos anos e considerou-se importante revisitar, não só para conhecer melhor os ciclos de desenvolvimento das empresas e o valor que elas acrescentam aos territórios, como as dificuldades que têm e, portanto, foi muito interessante perceber que a fábrica está hoje integrada no grupo internacional "Lactalis" que é, neste momento, o maior no setor dos laticínios. A empresa continua a alargar o seu portfólio de produtos, até de linha branca e, foi interessante perceber, sobretudo, as exigências de qualidade e a modernização que tem sido feita e depois conhecer alguns problemas relacionados com a falta de mão-de-obra, um problema que é transversal também na área da vitivinicultura para a poda e de mão-de-obra especializada para algumas tarefas, e que começa a ser frequente, salientando aqui que a Parmalat precisa de pessoal e privilegia a população local e está disponível para receber candidaturas espontâneas, entrevistar gente, independentemente das qualificações e saúda esta atitude da empresa em discriminar positivamente quem vive aqui no território. Depois, foi efetuada uma visita ao "Dorso Lusitano", uma Coudelaria em Sesmarias do Pato, um empreendimento que desde 1993 se dedica à criação de cavalos puro-sangue Lusitano e também de cruzados; é uma coudelaria que procura alavancar ali algum investimento, com instalações para alojamento, alimentação e treino de cavalos, uma escola de equitação que trabalha sobretudo com crianças, uma loja de equipamento e, portanto, foi perceptível o potencial que tem na área do desporto equestre, mas também do turismo equestre. Salienta que estas visitas são também importantes, porque permite estabelecer pontos de colaboração, aliás, foi possível dar conhecimento à coudelaria que existem, neste momento, candidaturas abertas na ADREPES, até meados de fevereiro, para projetos que vão desde a vitivinicultura, a outros ligados ao mundo rural e que vale a pena aproveitar. Depois, visitaram as obras de arranjos exteriores aqui em Fernando Pó que começam a ganhar forma, a ter outro aspeto e a ser mais perceptíveis. Refere que é uma obra

que é falada desde 2016, em 2017 foi exposto aqui o primeiro projeto numa mostra de vinhos e quando este pavilhão foi inaugurado, foi exposto um painel para se poder perceber o tipo de intervenção que estava prevista fazer ali. Foi uma obra que teve contributos e propostas das pessoas, dos vitivinicultores sobre o que era necessário requalificar e ter em atenção e, de uma maneira geral, tirando uma questão que foi corrigida através do diálogo com quem levantou o problema, portanto, considera que a obra, à medida que vai evoluindo, começa a ficar perceptível. Depois, voltaram até Águas de Moura para observar um conjunto de compromissos que foram discutidos há cerca de um ano, a Rua Nova do Vale que está alcatroada, o muro do Bairro Popular, que através de um contrato interadministrativo entre o município e a União de Freguesias, que se propôs fazer aquela obra do muro e está concluído; ainda no Bairro Popular a colocação de equipamento de jogo e recreio e lazer no parque infantil e um piso sintético que confere mais higiene e mais segurança ao local. Foram visitar também a obra de reforço da rede e de prolongamento para abastecer a ETAR da Águas de Moura e o prolongamento da Rua 1º de Maio e o seu asfaltamento, que não pode chegar até à interseção com a EN 10, por questões de segurança, mas ficou, de facto, pavimentada nos acessos a todas as moradias ali existentes e, portanto, o Bairro ficou finalmente, no seu perímetro, todo infraestruturado e pavimentado. No seguimento destas visitas, foram até Cajados, para falar sobre um projeto de saneamento que, assim que estiver aprovado o empréstimo, fica em condições de ser lançado o concurso, pois os projetos estão aprovados, o caderno de encargos também, mas falta a verba. Trata-se de um investimento estruturante, que vai, numa 1ª fase, colocar coletores e uma conduta elevatória na Travessa 1º de Maio, ao longo de toda a Rua 25 de Abril e na EN 10, porque estes esgotos vão ter de ligar à ETAR da Gâmbia, numa solução que já está contratualizada com o município de Setúbal há 2 anos. Portanto, este será outro dos grandes projetos que acrescentará mais 560 mil euros de investimento e que se pretende lançar ainda este ano. Entretanto, a Sra. Presidente da União de Freguesias apresentou mais desafios, que vão ter de estudar em conjunto, nomeadamente a necessidade de aquisição de uma parcela de terreno para que na Rua 25 de Abril poder ter ali, no futuro, um parque infantil e fazer também uma delegação da Junta de Freguesia que, neste momento, está numa casa alugada e que não tem na opinião do executivo da junta, as melhores condições. O município está a procurar negociar com o proprietário, por isso pode ser que surjam novidades até final do ano.

Para o dia de amanhã, será a vez de as crianças participarem, o município vai reunir com as crianças no âmbito do projeto "Eu participo" e Águas de Moura tem tradições nestas questões do "Eu participo" com as crianças, aliás, recorda que algumas soluções que estão na escola, foram propostas pelas crianças e, por isso, amanhã, o município estará presente para os ouvir e discutir com as crianças o que é que é possível fazer. Depois, está programada uma reunião com a Associação de Moradores do Golf do Montado, que se sente um pouco isolada e, por isso vão reunir com a Associação. Para o final do dia está programada uma reunião também com o comércio, no âmbito do projeto de requalificação da baixa comercial da Águas de Moura, para

fazer o balanço do trabalho, das iniciativas, das campanhas, dos Mercadinhos da Moura que têm estado em desenvolvimento e na sexta-feira o dia estará destinado aos atendimentos na sede da Junta de Freguesia com todos os vereadores que têm pelouros atribuídos e quem tiver algum assunto que queira ver resolvido, deverá apresentá-lo a cada um dos responsáveis dos pelouros, fazendo as respetivas marcações. No final da tarde, pelas 16 horas, irá ser feito o balanço com uma conferência de imprensa no Centro Comunitário da Águas de Moura e por isso estende o convite a todos os munícipes que queiram comparecer.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente** começa por agradecer a presença do público e menciona que, tratando-se de uma reunião ordinária descentralizada, o período que se segue é destinado à intervenção do mesmo. Concede a palavra a quem queira intervir.

Sr. José Pedro Pereira (1.)

Cumprimenta os presentes e refere que a Parmalat, desde o final do mês de outubro, não está a colocar ninguém. Estão pessoas aqui presentes na sala que estão nessas condições e desde então que a Parmalat não contratar ninguém. Depois, sobre outras questões da freguesia que falou, destaca uma situação que se calhar não é da responsabilidade do município nem da junta, respeitante a Zambujal, ou seja, também faz parte da freguesia e neste momento, para além de a ponte estar a ser vandalizada, a mesma também foi fechada. Acha que a tanto a Junta de Freguesia, como a autarquia tem conhecimento desta situação e também é do conhecimento de todos que aquilo pertence a proprietários particulares, sendo que a ponte pertence à REFER, e questiona o que tem sido feito, o que se pretende fazer e o que é que a população pode fazer, em que circunstância a autarquia pode intervir, porque as pessoas têm de fazer cerca de 12 quilómetros para vir até à aldeia, porque aquela passagem está fechada.

Depois, a seguir ao laranjeiro, para quem entra na estrada de Fernando Pó, está um abrigo de passageiros e tem o asfalto levantado e quem ali está no abrigo, está sujeito a levar com projeção de detritos da estrada proveniente da passagem de automóveis. Mais à frente, existe um cruzamento que continua com a iluminação apagada e, apesar da Sra. Presidente da União de Freguesias dizer que está tudo bem com a iluminação, mas tem de referir esta questão e mais uns 100 candeeiros que estão apagados e, não tem nenhum problema de ir com um técnico da câmara dizer quais são os candeeiros que estão apagados.

Em relação à estrada de Fernando Pó, quando se entra nesse cruzamento, a seguir ao laranjeiro, está um aqueduto muito perigoso, junto à curva, sem qualquer sinalização, as águas ficam retidas na estrada, porque a vala está mais alta que a estrada. Mais à frente, estão dois

aquedutos que estão partidos e as valas também estão mais altas que a estrada e naturalmente que as águas ficam retidas na estrada danificando o pavimento. Refere que as valetas têm sido limpas e bem, aliás é rara a semana que não estejam ali a limpar as valetas e as areias, mas quando chove muito, está um muro que impede o desaguamento das águas e, fica ali uma poça de água bastante grande impossibilitando alguém de passar ali a pé, por isso sugere que se colocasse ali um sumidouro, para escoar aquelas águas, para resolver aquele problema. Recorda ter falado, há cerca de 2 anos, de umas valetas, junto à Rua do Futuro, até às oficinas, pois está ali um perigo e talvez a colocação de umas grelhas poderia minimizar o problema e evitar ali males maiores. Ainda sobre a iluminação, estão dois pinheiros, com um poste da luz no meio a iluminar apenas os pinheiros. Depois, seguindo no sentido da ponte até à rotunda do Bairro Margaça, as valetas estão iguais, ou seja, o aqueduto do lado esquerdo está cheio de canas e arbustos, do lado direito está partido e as valetas continuam altas. Depois da curva, está uma rua e do lado esquerdo está um buraco no pavimento, cada vez maior e qualquer dia irá causar ali um acidente.

Em relação ao projeto de Fernando Pó, as pessoas que vivem aqui é que devem falar, porque grande parte das pessoas gostam de falar nos cafés e depois nos sítios próprios não conseguem dizer nada ou não querem dizer nada, para não melindrar ninguém. Portanto, quando aqui chega a Fernando Pó, muito se fala do projeto, do estacionamento, mas acha que o projeto está bom, contudo a obra não está a correr bem, porque a zona acústica do pavilhão não está bem e, se no inverno é frio e gelado, no verão não se pode estar aqui com o calor e no exterior espera que a iluminação fique melhor do que aquilo que está atualmente e que a falta de estacionamento não venha prejudicar a coletividade, no futuro.

Sr. que não se identifica (2.)

Cumprimenta os presentes e refere que reside entre a Rua Joaquina Ribeiro Azenha e a Rua Florindo Cardoso, na qual há uns meses tinham um contentor que estava em condições e foi retirado e substituíram por outro com a tampa partida. Refere que uma vizinha lhe referiu que recorreu à Junta de Freguesia para saber o que se tinha passado e afirmou que lhe haviam dito que aquele contentor tinha sido colocado porque alguns vizinhos não respeitavam a utilização desse contentor. À partida, não quer acreditar que seja essa a razão, mas se for, acha que as restantes pessoas que ali vivem não têm de ser penalizadas, por causa de uma duas pessoas que utilizam mal o equipamento.

Sr. que não se identifica (3.)

Cumprimenta os presentes e refere que sobre as obras, teve a oportunidade de levantar um problema por causa das águas, porque se apercebeu que no local onde reside juntamente com

os vizinhos iriam ter problemas, que depois de ter chovido bastante, deu para perceber que tinha razão em relação a esse problema. Portanto, considera que as condutas das águas pluviais estão fechadas, desconhece se alguém foi verificar, porque agora pertence a um novo proprietário, era do Sr. José Viegas Martins e agora é propriedade da Dra. Leonor Freitas e acha que a autarquia devia ir verificar se aquilo está ou não fechado, uma vez que ali junto à escola, depois de ter chovido, estava ali uma grande acumulação de água, e por não escoar naquele sítio, já rebentou a tampa que está no meio da estrada. Depois, já que falou na escola, refere que há uma árvore que está a tombar para cima da escola, mas o maior problema é quando aquelas árvores começam a largar aquelas bolas que parecem de algodão, não se consegue estar aqui na zona de Fernando Pó e acrescenta que como sofre de alergias e bronquite, vê-se aflito naquela altura. Refere ainda que quando se vem de Águas de Moura, depois de passar pelo primeiro monte, está ali uma saída para as vinhas que percebeu hoje quando lá passou, que andou ali um camião que partiu a estrada, mesmo onde termina o alcatrão e fez ali um grande buraco.

Sr. José Freitas (4.)

Cumprimenta os presentes e refere que na Rua em Fonte da Barreira, em frente ao café, devia levar umas lombas ou qualquer outra coisa, porque passam ali muitos carros, muitas pessoas e qualquer dia pode acontecer um acidente grave.

Sr. Custódio Palhoça (5.)

Cumprimenta os presentes e refere que veio à reunião falar dos arranjos dos caminhos de areia e dos aceiros municipais. Discorda de algumas situações em relação à forma de como se processam os arranjos desses caminhos, porque geralmente quando se faz uma estrada ou um caminho, sobe-se o nível e as valetas ficam inferiores ao piso nas laterais e aqui está a acontecer que cada vez que arranjam um caminho, ele fica mais baixo, desgasta-se cada vez mais e não tarda, em vez de um caminho, aquilo transforma-se num rio e para exemplo, basta ver o caminho da fabrica do tomate, que o caminho em relação às valetas, está muito inferior e depois quando há enxurradas, a água em vez de ir para as valetas, vai para o caminho. Depois, ainda em relação aos caminhos, quer na Rua das Sesmarias, quer na Rua Rosa Machuqueiro, o caminho cresce em direção a Fernando Pó e o marco do terreno vizinho ao seu e a estrada cada vez se vai desviando mais para o seu terreno e acha que não é o único que fica incomodado com isto, porque se for necessário dar mais um metro ao caminho, tanto dá esse metro, como também tem de ser dado pelo outro vizinho, porque quando se mexe no caminho, é preciso ter atenção aos marcos, porque é uma situação recorrente em várias ruas.

_ O Sr. Presidente responde ao Sr. José Pedro Pereira (1)

Esclarece que sobre a Parmalat, transmitiu aquilo que foi transmitido a toda a comitiva e comunicação social e tiveram a oportunidade de perceber algumas questões de funcionamento, alguns problemas que existem também ao nível dos turnos do pessoal, entre outras questões. Refere ainda que não foram até lá para escrutinar se é verdade ou mentira, se precisam de pessoal, mas reitera que toda a gente ouviu aquilo que foi dito e daí ter chamado este assunto à colação.

Relativamente à questão do fecho da ponte do Zambujal, esclarece que o município interveio por uma questão de responsabilidade, porque entendeu não ficar responsável por algum acidente que pudesse ali acontecer e se a alternativa teria sido a eventual desmontagem da ponte por parte das Infraestruturas de Portugal. Depois, o município tem lutado, desde 2010, tendo estabelecido um protocolo, na altura com o Sr. Mário Vinhas, no sentido de se proceder à reabilitação da ponte, porque achou que a ponte tem um valor patrimonial, de memória e permite uma ligação, que obviamente não pode ser uma ligação de tratores, camionetas, mas de uma viatura de emergência e para permitir que as pessoas pudessem fruir parte da Herdade, caso os proprietários deixem. Nessa altura, o protocolo, ainda do mandato anterior, tinha a expectativa de que iria haver grandes empreendimentos turísticos naquela zona e um pressuposto que haveria ali uma mais-valia para um projeto conjunto que permitisse, com fundos desses empreendimentos e participação do município, fazer-se então a reabilitação da ponte. Depois, em 2012, foi feita uma candidatura, a um programa que financiava caminhos e não pontes, mas colocaram a ponte nessa candidatura, porém a candidatura não foi aprovada. Nos anos seguintes, por via de constrangimentos orçamentais e da conjuntura económica do país, não houve disponibilidade para cumprir o protocolo que está assinado com o município. Refere ainda que a orientação política dada aos serviços municipais, foi para que, assim que houvesse alguma candidatura no âmbito do Portugal 2020 ou de qualquer outro programa, avançar, mas até à data ainda não foi possível. Portanto, assim que haja alguma possibilidade de efetuar uma candidatura para a reabilitação daquela obra de arte, o município irá avançar. Depois, recorda que a intervenção ali, partiu de alguém que constatou e ainda se pode verificar, que as pessoas continuavam a utilizar a ponte, colocando-se em perigo, que as baias de acesso foram vandalizadas e a Infraestruturas de Portugal informou que se o município não garantir que as pessoas deixem de passar ali, vão proceder à desmontagem da obra de arte. Deste modo, o município entendeu que ficariam todos mais seguros, colocando ali sinalização e reforçando as barreiras, para impedir qualquer tentativa de passagem.

Em relação às outras questões que referiu, sobre a projeção do alcatrão, esclarece que se trata de uma estrada nacional e o município já esteve no local com 2 engenheiros das infraestruturas de Portugal, precisamente para explicar que aquela situação não se resolve com remendos.

Sobre as questões da iluminação pública, esclarece que a Sra. Presidente da União de Freguesia tem tratado do reporte das situações que lhe chegam e verifica com a EDP, tal como o Sr. Vereador também faz. Portanto, considera que todos têm de colaborar e se pressionarem a EDP, estas questões corrigem-se com naturalidade.

Sobre a questão dos aquedutos, refere que visitaram os locais e têm pessoal a trabalhar, a fresar e a repavimentar, a sinalizar e também andaram a recensear alguns desses assuntos e se quiser fazer o favor de sinalizar com mais objetividade pode fazê-lo por escrito esse assunto na junta de freguesia, porque foi feito o levantamento de algumas situações, mas estão disponíveis para ir ao local, se for caso disso, para aferir melhor das situações.

_ O Sr. Presidente responde ao Sr. que efetuou a segunda intervenção (2), dizendo que a Sra. Vereadora Fernanda Pésinho apontou essa questão sobre o contentor e que um contentor irá ser colocado o mais rapidamente possível.

_ O Sr. Presidente responde ao Sr. que efetuou a terceira intervenção (3), dizendo que sobre a questão das condutas das águas, a Dra. Teresa Palaio já tem essa questão referenciada e, de facto, há um estrangulamento, pelo que tem de ser verificado e tem de haver solução.

Em relação à questão da árvore a tombar, refere que terá de ser analisado se será a Divisão de Serviços Urbanos a intervir, fazendo algum desbaste ou mesmo ter de a abater. Quanto às outras árvores, não são Plátanos e sim Choupos e aquela espécie de "penugem", segundo uma informação da Sociedade Portuguesa de Alergologia dizendo, pode concordar ou não, explica aquela polonização dos Choupos.

_ O Sr. Presidente responde ao Sr. José Freitas (4), dizendo que, em tempo, foram colocadas bandas cromáticas e, de facto, aquela zona é considerada como problemática para se colocar lombas e aquilo que foi estudado para aquela zona com a Divisão Municipal que tem a responsabilidade do trânsito, é um reforço da sinalização, aumentando altura das bandas cromáticas e talvez a pintura de um sinal muito grande no pavimento de 40 ou 30 km/hora para reforçar a ideia de redução da velocidade. Porque, colocar ali uma lomba partiria os carros e uma passadeira com lomba, poderia ser um convite a algum peão para um acidente, enfim, porque está no seu direito de passar ali. Portanto, primeiro vão experimentar reforçar a sinalização horizontal e pintar as guias da via.

_ O Sr. Presidente responde ao 5. dizendo que a questão do nivelamento dos aceiros e da falta das bermas nas valetas, acontece assim em todo o lado. Os operadores sabem como é que têm de fazer, porque de outra maneira, nenhum aceiro resistente tanto tempo. Depois há alturas do ano para executar este tipo de trabalho e noutras alturas, quando chove muito, as solicitações são tantas que para minimizar o problema, deslocam-se apenas para ir tapar os buracos e alisar a via. Pelo que é uma intervenção feita em emergência para que o caminho fique circulável, outra é quando o trabalho é programado e feito na altura correta. Ainda assim, a situação fica sinalizada e considera que a União de Freguesias vai procurar fazer a instrução dos seus trabalhadores para que façam melhor.

Um senhor do público intervém, não usando o microfone, pelo que não é perceptível, não sendo por isso possível transcrever em ata.

O **Sr. Presidente** refere que os aceiros que têm toutvenant e que estão abaulados ainda funciona mais ou menos bem, mas é muito dispendioso colocar em todos os caminhos e aceiros. Ainda assim, refere que a questão ficou sinalizada.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:

. **Moção** (Pela desagregação das freguesias de Marateca e Poceirão).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da moção no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Voto de Pesar** (Salvador Francisco Novo).

Aprovada, por unanimidade, a admissão do Voto de Pesar no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Leonor Freitas).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Grupo Desportivo Estrelas de Algeruz).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (União Desportiva da Palhota).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Pedro Fernandes Manito).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (André Miguel Areias Cruz).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. **Saudação** (Simone Fragoso).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

O **Sr. Presidente** passa à leitura da moção que se transcreve:

. **Moção** (Pela desagregação das freguesias de Marateca e Poceirão)

(A moção a seguir transcrita contempla a inclusão de "*Sua Excelência, a Ministra da Coesão Territorial*", conforme sugestão do Sr. Vereador António Braz, aceite pelo Sr. Presidente).

"A conjuntura política da anterior legislatura deixava antever a necessária e urgente reversão da agregação forçada de freguesias que, no Concelho de Palmela, afetou Marateca e Poceirão. Era expectável, pelo menos, a existência de uma maior abertura para um debate amplo e honesto sobre os efeitos práticos da lei 22/2012, decorridos alguns anos da sua implementação. No entanto, e para surpresa e desânimo de populações e autarquias, este debate e esta abertura não se verificaram a tempo das eleições autárquicas de 2017, que mantiveram o mesmo mapa administrativo. Tão pouco se vislumbra, hoje, a cerca de ano e meio das eleições de 2021, interesse por parte do Governo em resolver a situação. Um Governo liderado por um partido que, em 2012, na condição de oposição, rejeitou a agregação das freguesias imposta pelo PSD/CDS-PP.

À semelhança de muitas outras freguesias do país - que, de norte a sul e geridas por todas as cores partidárias, continuam a lutar contra uma agregação desenhada nos gabinetes, "a régua e esquadro", sem considerar as diferentes realidades e expectativas de cada território - Marateca e Poceirão não sentiram quaisquer benefícios decorrentes desta medida. Pelo contrário. O enorme território resultante, com uma extensão de 282,5 quilómetros quadrados, é maior do que muitos municípios nacionais e com uma gestão muito exigente. Não obstante o esforço do Executivo da União das Freguesias, o menor número de representantes eleitos

dificulta o trabalho de proximidade com uma população dispersa, bem como a discussão dos temas de interesse local.

Não esquecemos, igualmente, que esta agregação levou a que Marateca e Poceirão não fossem consideradas como freguesias rurais, no âmbito do programa de Desenvolvimento Rural 2020 e influenciou, também, a sua não inclusão na lista de zonas desfavorecidas. A atualização dessa lista, no início de 2019, manteve ou devolveu esse estatuto às restantes áreas rurais da Península de Setúbal, mas manteve de fora o Poceirão e, por força da agregação dos dois territórios, ainda o retirou a Marateca.

A publicação em Diário da República, em setembro último, da Resolução da Assembleia da República n.º 213/2019, que recomenda ao Governo a integração da União das Freguesias de Poceirão e Marateca na lista de zonas desfavorecidas, foi um sinal positivo, que não gerou, ainda, os necessários frutos. Entretanto, estamos na reta final do atual quadro comunitário, o que significa que, ao longo de mais um ciclo, agentes económicos, entidades e autarquias estiveram impedidos ou limitados no acesso a programas específicos e discriminação positiva, tão necessários para impulsionar o desenvolvimento destas freguesias.

Foram tidos como de somenos importância, pelos sucessivos governos, os fatores de identidade dos lugares, mas para as populações, esta será a principal motivação para o inconformismo face a esta agregação. A par da génese histórica, são as memórias, as lendas, os afetos e as vocações que concorrem para a construção de uma identidade, que não pode ser corrompida nem forçada.

Das vigorosas manifestações e iniciativas políticas à entrega na Assembleia da República da petição que reuniu mais de quatro mil assinaturas, passando pelo manifesto das assembleias de freguesia, repudiando esta reorganização administrativa, e pela participação do Município na Audição Pública sobre a Reorganização Territorial de Freguesias, realizada na AR em dezembro de 2016, o Concelho de Palmela tem-se mantido firme na sua posição e não baixou os braços, convicto da justeza de devolver a Poceirão e a Marateca a sua independência.

O PS, o PSD e o CDS-PP não têm deixado passar os vários Projetos de Lei que, desde 2012, têm procurado a recuperação das freguesias roubadas às populações. A proposta de lei anunciada pelo Governo em meados de 2019, como regime para viabilizar a reposição de freguesias mediante o cumprimento de alguns critérios, (e, simultaneamente, abrir portas para novas agregações dentro de uma década), não trazia novidades que impressionassem Marateca e Poceirão. Tal como cumpriam, já, os requisitos para manterem a sua autonomia aquando da reforma administrativa, estas duas freguesias continuam a reunir as condições consideradas necessárias pela proposta para a desagregação, pelo que é justo exigir que esta se concretize de imediato, permitindo a preparação atempada do ato eleitoral de 2021.

Esta vontade foi, aliás, expressa, de forma incontestável, pelas freguesias no XVII congresso da Associação Nacional de Freguesias, realizado no passado fim de semana.

Reunida em Fernando Pó a 29 de janeiro de 2020, a Câmara Municipal de Palmela **delibera**:

- Reafirmar a sua firme oposição à reorganização administrativa territorial autárquica imposta pela Lei 22/2012;
- Solicitar, uma vez mais, a intervenção dos grupos parlamentares da Assembleia da República, na tomada de medidas legislativas que viabilizem a rápida reposição das Freguesias de Marateca e de Poceirão e permitam a realização de eleições em 2021 para os respetivos órgãos;
- Continuar a pugnar pela autonomia do Poder Local Democrático.
- Enviar a presente moção para:
 - . Sua Excelência, o Presidente da República
 - . Sua Excelência, o Presidente da Assembleia da República
 - . Sua Excelência, o Primeiro-Ministro
 - . Sua Excelência, o Ministro da Administração interna
 - . Sua Excelência, a Ministra da Coesão Territorial
 - . Grupos Parlamentares da Assembleia da República
 - . Assembleia Municipal de Palmela
 - . Assembleias e Juntas de Freguesia do Concelho de Palmela
 - . Associação Nacional de Municípios Portugueses
 - . Conselho Metropolitano de Lisboa
 - . Associação de Municípios da Região de Setúbal
 - . Associação Nacional de Freguesias
 - . Comunicação social.”

Sobre a moção (Pela desagregação das freguesias de Marateca e Poceirão) intervêm:

O **Sr. Vereador António Braz** cumprimenta os presentes e refere que o PS, na generalidade, concorda em absoluto com esta moção, até porque desde 2011/2012 que sempre acompanhou a CDU neste processo de agregação das freguesias feita durante o governo PSD/CDS-PP. Contudo, não concorda com o ultimo parágrafo da moção, quando é referido que o PS, o PSD e o CDS-PP não têm deixado passar os vários projetos de Lei e, de facto, o PS irá fazer uma desagregação, não da maneira como foi feita a agregação pelo PSD/CDS-PP. Recorda ainda as palavras do Sr. Primeiro-ministro, no passado fim de semana no Congresso da Anafre, quando referiu que ao fim de 5 anos de consolidação de criação e agregação de freguesias, deve-se

completar o processo e proceder à introdução de correções. Referindo ainda que o governo está disponível para retomar o diálogo, para apresentar uma proposta de Lei e para introduzir as correções existentes e necessárias, ou seja, retomar a avaliação da reorganização territorial da sua globalidade. Portanto, estas foram as palavras do Sr. Primeiro-ministro que quer acreditar que eventualmente irão ser um facto. Sugere que a moção seja também enviada ao Ministério da Coesão Territorial, que neste momento é o ministério que tem a tutela deste processo.

O **Sr. Presidente** concorda, neste aditamento, com o Sr. Vereador António Braz.

O **Sr. Vereador Paulo Ribeiro** cumprimenta os presentes e refere que à data da apresentação da Lei 22/2012, exercia funções na Assembleia da República e votou favoravelmente esta lei, portanto, reafirma que vivem num período completamente diferente do período que se vivia naquela altura e que havia um acordo com os credores estrangeiros para cumprir esse acordo e, entre outras questões, estava esta questão das freguesias. A lei foi aprovada a lei e foi possível dialogar com alguns municípios e com outros não foi, mas o que interessa agora é, a lei que têm e a maioria diferente que existe na Assembleia da República e a situação de emergência e de bancarrota que foi ultrapassada. Portanto, reafirma aquilo que disse e acha que era importante, de uma forma muito clara, o Governo olhar para estas e outras realidades e perceber, entre outras coisas, o que se ganhou e o que se perdeu e tomar a opção para se perceber, de uma vez por todas, onde vai terminar este caminho. Mas aquilo que não pode acontecer é esta maioria que está no Parlamento, adiar a questão, sem se perceber muito bem o que quer. Considera que se deve estudar o problema, fazer ou não a reposição destas ou de outras freguesias, ou não, caso os dados comprovem prejuízos para a população, porque aquilo que interessa à população não é o número de eleitos que se gera com uma ou duas freguesias, mas sim, os serviços que a freguesia presta aos seus cidadãos e isso é que interessa. Aliás, os serviços não mudaram e o que mudou foi o número de eleitos a exercer funções, mas quanto ao número de pessoas que prestam serviço, ou seja, trabalhadores, isso não mudou. Pelo que considera que já era tempo, depois de uma legislatura que passou e de outra que se está a iniciar, esta nova maioria do PS, na qual o PCP de alguma forma acaba por se inserir, mais ou menos, envergonhadamente, resolva de vez, esta situação para que possa ser encerrada definitivamente. Portanto, vai abster-se nesta moção, porque considera que é importante, de uma vez por todas, de uma forma clara e independente, seja demonstrado em cada caso, os benefícios e prejuízos que se tiveram, para em consciência, se poder optar.

A **Sra. Vereadora Palmira Hortense** cumprimenta os presentes e refere que o MIM revê-se nesta moção, estando completamente de acordo com esta desagregação, considerando que estas populações merecem que as suas freguesias sejam repostas e recorda que também faz parte do programa eleitoral do MIM a desagregação destas freguesias.

O **Sr. Presidente** volta a chamar à colação dois aspetos importantes, porque percebe que esta matéria cause algum desconforto às forças políticas que, enfim, tiveram sempre um pouco comprometidas com o processo de agregação e com os prejuízos que isso tem causado, no entendimento da CDU, às freguesias. A questão do número de eleitos parece uma coisa de somenos importância, faz com que, efetivamente, haja menos participação e a CDU considera que quanto mais participação, mais gente estiver envolvida na gestão da causa pública, melhores serão os resultados. Há perda de democracia havendo menos gente a participar nos órgãos autárquicos, mas a questão principal é a que está relacionada como os prejuízos concretos e podem fazer estudos, porque não têm nada contra isso, mas a CDU tem uma questão de princípio, que desde sempre lutou pela reversão deste processo, que devia ter sido feito de uma forma simples e automática, desde que os órgãos autárquicos das freguesias e dos municípios estivessem de acordo com a reposição das freguesias. Considera ainda que se deve sempre respeitar aquilo que é a vontade das populações e, portanto, se a vontade das populações era que as freguesias continuassem independentes, é uma questão que nunca pode ser posta em causa, independentemente de estudos, de resultados, de benefícios, porque é isso que devem ter em consideração, a vontade das populações. Depois, já está comprovado que o processo de agregação se tornou, de facto, perverso, para duas questões que estão colocadas nesta moção e que, na altura, quando começaram a lutar contra a agregação, ainda nem sequer eram visíveis, desde a perda do estatuto de freguesias rurais, porque com as duas freguesias juntas o rácio de população por cada se 100 quilómetros entre outras questões, fez com que se perdesse o estatuto de freguesias rurais e essa é uma das consequências e das mais nefastas dessa agregação e dessa lei de 2012. O mesmo aconteceu, relativamente ao estatuto de freguesia desfavorecida e, por causa disso, há menos apoios para projetos sociais e comunitários, menos apoios para os agentes económicos. Portanto, quem pretender, noutros pontos do país, continuar agregado, pois então que fique, mas, até por uma questão administrativa e de tradição, as freguesias são descendentes das paróquias e cada paróquia dava origem a uma freguesia e, de facto, existem municípios com demasiadas freguesias como o município de Barcelos, mas essa não era a realidade deste território e quem fez esta agregação, de "régua e esquadro" criou profundas injustiças. No concelho de Palmela foi criada uma freguesia em 1988 por vontade das populações, o território desenvolveu-se a partir do momento em que a gestão de um território muito extenso começou a ser feita por um grupo de cidadãos focados nessa freguesia. Portanto, considera que foi um retrocesso muito grande e, mais do que fazer estudos para perceber se foi melhor ou pior, gastou-se menos porque o pressuposto dessa agregação era, precisamente, o pressuposto economicista e não interessava os resultados, mas sim o facto de não gastar dinheiro. Reitera que para a CDU, o mais importante é corresponder à vontade das populações e já houve oportunidade para o fazer, com um primeiro momento em que vários partidos apresentaram projetos de lei, depois um segundo momento, em que foram revistos projetos de lei que introduziram um conjunto de nuances e de normas, depois houve um trabalho da comissão parlamentar, da qual teve a

oportunidade de ser chamado para dar o testemunho sobre o concelho de Palmela, depois esteve num grande debate na Assembleia da República sobre esta matéria, foram criadas expectativas e recorda aqui PS, que a nível local diz estar a favor deste processo, de facto, há aqui um incumprimento por parte do Sr. Ministro Eduardo Cabrita, que tinha garantido na legislatura anterior, que antes de 2017, este assunto estaria resolvido e, afinal, o PS apresentou uma lei, que tem uns critérios que as freguesias de Poceirão e Marateca cumprem, mas por outro lado, mantém a possibilidade de haver mais agregações de freguesias, o que considera ser um pouco perverso. Mas mais do que julgar o mérito dessa lei, têm de julgar aqui, o demérito da demora deste processo, porque isto não deveria ser feito em vésperas de eleições autárquicas, pelo que está na hora das freguesias que queiram efetivamente voltar a ter a sua autonomia, terem direito a isso. Portanto, a CDU apresenta esta matéria aqui por duas razões, porque estão na Marateca, estão no início do ano, porque este é um assunto que não se pode continuar a arrastar, chega de penalizações para os agentes económicos, os agentes sociais do território, as autarquias, que direta e indiretamente, têm estado a ser penalizados com esta agregação.

Submetida a moção (Pela desagregação das freguesias de Marateca e Poceirão) a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.

O **Sr. Vereador Adilo Costa** passa à leitura do Voto de Pesar que se transcreve:

. Voto de Pesar (Salvador Francisco Novo)

“Salvador Francisco Novo faleceu a 22 de janeiro, com 91 anos de idade. Natural de Palmela, onde nasceu a 5 de dezembro de 1928, residia em Brejos do Assa.

Agricultor de profissão e por amor à terra, dedicou-se a esta atividade de forma corajosa e propositiva, procurando sempre, com a sua intervenção, conquistar uma maior atenção e valorização da agricultura e mais justiça social para os seus pares. A sobrevivência da agricultura familiar foi uma das suas principais preocupações, levando-o a fundar, em 1975, a Liga dos Pequenos e Médios Agricultores do Concelho de Palmela. Foi cofundador e dinamizou a Associação dos Agricultores do Distrito de Setúbal, até 1987, e pertenceu, desde 1996, aos seus diversos órgãos sociais.

Salvador Novo foi, igualmente, um forte mobilizador do desenvolvimento e participação da comunidade onde residia, tendo sido um dos principais impulsionadores da constituição da Comissão de Moradores de Brejos do Assa, desde o final da década de 70 do século passado. Desta Comissão resultaram várias estruturas sociais e um movimento promotor de diversas melhorias naquela área.

O direito da sua comunidade à Educação, à Cultura, ao Desporto e à Saúde motivaram, também, a sua ação, tendo sido membro da direção do Grupo Desportivo “Estrelas de Algeruz”, dinamizador, fundador e membro dos corpos gerentes do jardim infantil “O Rouxinol” da Associação de Solidariedade Social de Brejos do Assa, bem como presença forte nas comissões de utentes de saúde.

O Município de Palmela reconheceu a sua ação destacada, em prol do desenvolvimento do território, distinguindo-o, em 2011, com a Medalha Municipal de Mérito (Grau Ouro), na área da Economia Local.

Homem multifacetado e de muitas lutas solidárias, foi um exemplo de cidadania pelo seu perfil discreto, dedicado, generoso e interventivo. O Concelho de Pamela ficou mais pobre com a sua partida, mas enriquecido pelo seu legado e memória.

Reunida em Fernando Pó a 29 de janeiro de 2020, a Câmara Municipal de Palmela **lamenta o falecimento** de Salvador Francisco Novo e endereça à sua família e às instituições que fundou e integrou sentidas condolências.”

Submetido o Voto de Pesar (Salvador Francisco Novo) a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade. Aprovado em minuta.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** passa à leitura das seguintes saudações que se transcrevem:

. Saudação (Leonor Freitas)

“O Prémio Nacional de Agricultura 2019, promovido em parceria pelo BPI e pelo Grupo Cofina que conta com o alto patrocínio do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, e o apoio da PwC, tem como objetivo promover, incentivar e premiar os casos nacionais de sucesso dos setores da Agricultura, Agroindústria, Florestas e Pecuária.

No âmbito da 8.ª edição desta iniciativa, a Casa Ermelinda de Freitas, viu reconhecido o seu esforço e mérito empresarial através da atribuição do prémio “Personalidade do Ano”. Mais uma vez esta adega, destaca-se no seio do tecido económico nacional pelo carácter empreendedor e inovador da sua proprietária, cujo percurso tem contribuído para a valorização do concelho de Palmela e do setor vitivinícola da região da Península de Setúbal.

Reunida em Fernando Pó, a 29 de janeiro, a Câmara Municipal de Palmela **parabeniza** a Dra. Leonor Freitas, reconhecendo o seu profissionalismo e a sua capacidade de abraçar desafios, projetos e parcerias, cujo impacto têm sido muito relevantes para a promoção e divulgação do concelho de Palmela.”

Submetida a saudação (Leonor Freitas) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

. Saudação (Grupo Desportivo Estrelas de Algeruz)

"A Câmara Municipal de Palmela felicita o Grupo Desportivo Estrelas de Algeruz, pelos resultados e títulos obtidos durante a época desportiva 2019.

O calendário da Federação Portuguesa de Dança Desportiva contempla o Circuito Nacional (composto por 7 provas), a Taça de Portugal (8 provas), o Campeonato Nacional e o Campeonato Nacional de 10 Danças, que numa única prova consagra os Campeões Nacionais das diversas categorias.

O Grupo Desportivo Estrelas de Algeruz esteve representado em todas estas competições, destacando-se os títulos obtidos e os vários lugares de pódio alcançados, designadamente:

André Viana/Daniela Marreiros (Juventude Open)

Campeões Nacionais Dança Desportiva (Standard); Campeões Nacionais Sub21 (Standard); Vencedores do Circuito Nacional (Standard); Vencedores da Taça de Portugal (Standard); 2.ºs classificados no Campeonato Nacional de 10 Danças; 2.ºs classificados no Campeonato Nacional de 10 Danças Sub21;

Para além dos títulos nacionais, o par André Viana e Daniela Marreiros, foi selecionado pelo 4.º ano consecutivo para representar Portugal em competições internacionais, nomeadamente, no Campeonato do Mundo 10 Danças Sub21, WDSF World Championship Ten Dance Under 21, que se realizou a 18 de maio, em Yerevan (Arménia); no Campeonato da Europa de Juventude Standard (WDSF European Championship Standard Youth), que se realizou no dia 14 de outubro, em Chisinau (Moldávia) e no Campeonato do Mundo de Juventude Standard (WDSF World Championship Standard Youth), que se realizou a 23 de novembro, em Timisoara (Roménia).

Martim Viana/Alícia Pinto (Juvenis II Iniciados)

Vencedores do Circuito Nacional (Standard); 3.ºs classificados no Campeonato Nacional Dança Desportiva (Standard); 3.ºs classificados da Taça de Portugal (Standard);

Gonçalo Caseiro/Matilde Leite (Juniões II Intermédios)

3.ºs classificados da Taça de Portugal (Standard);

Reunida em Fernando Pó, a 29 de janeiro, a Câmara Municipal de Palmela **saúda**, pelos excelentes resultados obtidos, os Dançarinos e o Grupo Desportivo Estrelas de Algeruz e deseja que continuem a prestigiar o Concelho de Palmela."

Submetida a saudação (Grupo Desportivo Estrelas de Algeruz) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

. Saudação (União Desportiva da Palhota)

"A Câmara Municipal de Palmela felicita a União Desportiva da Palhota – DanceProject, pelos resultados e títulos obtidos durante a época desportiva 2019.

O calendário da Federação Portuguesa de Dança Desportiva contempla o Circuito Nacional (composto por 7 provas), a Taça de Portugal (8 provas), o Campeonato Nacional e o Campeonato Nacional de 10 Danças, que numa única prova consagra os Campeões Nacionais das diversas categorias.

A União Desportiva da Palhota – DanceProject esteve representada em todas estas competições, destacando-se os títulos obtidos e os vários lugares de pódio alcançados, designadamente:

José Mário Anjos/Ana Clara Correia (Seniores 3 Iniciados)

Vencedores do Circuito Nacional (Standard); Vencedores do Circuito Nacional (Latinas); Vencedores da Taça de Portugal (Standard); 2.ºs classificados na Taça de Portugal (Latinas); 2.ºs classificados no Campeonato Nacional Dança Desportiva (Standard); 3.ºs classificados no Campeonato Nacional Dança Desportiva (Latinas)

Miguel Rodrigues/Anabela Gaspar (Seniores 2 Iniciados)

Vencedores do Circuito Nacional (Standard);

Bruno Valinho/Beatriz Lima (Juventude Iniciados)

Vencedores do Circuito Nacional (Latinas); Vencedores da Taça de Portugal (Latinas);

Pedro Barroso/Joana Cristovão (Adultos Pré-Open)

2.ºs classificados no Campeonato Nacional Dança Desportiva (Latinas);

Paulo Borges/Margarida Borges (Seniores 2 Intermédios)

3.ºs classificados no Campeonato Nacional Dança Desportiva (Standard).

Reunida em Fernando Pó, a 29 de janeiro, a Câmara Municipal de Palmela **saúda**, pelos excelentes resultados obtidos, os Dançarinos e a União Desportiva da Palhota – DanceProject e deseja que continuem a dignificar o Concelho de Palmela."

Submetida a saudação (União Desportiva da Palhota) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

. Saudação (Pedro Fernandes Manito)

"Pedro Fernandes Manito, nadador da Palmela Desporto, EM sagrou-se Campeão Nacional de 200m livres, classe S17, batendo também o record nacional na mesma prova, no Campeonato

Nacional de Inverno de Natação Adaptada, que decorreu em Rio Maior, nos dias 25 e 26 de janeiro.

Para além do título nacional nos 200m livres, Pedro Manito, classificou-se em 3.º lugar na prova de 100m livres na classe S17.

Reunida em Fernando Pó, a 29 de janeiro, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** Pedro Fernandes Manito pelo título de Campeão Nacional, desejando os maiores sucessos para a sua carreira desportiva e que continue a prestigiar o concelho.”

Submetida a saudação (Pedro Fernandes Manito) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

. Saudação (André Miguel Areias Cruz)

“André Cruz, residente em Pinhal Novo, e estudante na Escola Secundária de Pinhal Novo, sagrou-se ViceCampeão Europeu de JiuJitsu, na categoria Juvenil I, Masculino Peso Leve, no Campeonato Europeu de Jiu-Jitsu, que se realizou no dia 20 a 26 de janeiro, em Odivelas.

Reunida em Fernando Pó, a 29 de janeiro, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** André Cruz pelo excelente resultado alcançado, desejando os maiores sucessos para a sua carreira desportiva e que continue a prestigiar o concelho.”

Submetida a saudação (André Miguel Areias Cruz) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

. Saudação (Simone Fragoso)

“Simone Fragoso, nadadora da Palmela Desporto, EM sagrou-se Campeã Nacional de 100m bruços, classe S5, classificando-se em 3.º lugar na classificação absoluta (classe S1 a S14), no Campeonato Nacional de Inverno de Natação Adaptada, que decorreu em Rio Maior, nos dias 25 e 26 de janeiro.

Para além do título nacional Simone Fragoso, sagrou-se ainda Vice Campeã Nacional de Inverno nas provas de 200m estilos e 50m mariposa na classe S5 e na classificação absoluta.

Fruto dos excelentes resultados alcançados esta época desportiva, Simone Fragoso e o seu treinador Paulo Cardoso, estão oficialmente integrados no Projeto de Preparação Tóquio 2020, que visa preparar a participação nos Jogos Paralímpicos que decorrerão, de 25 de agosto a 6 de setembro de 2020, em Tóquio, Japão.

Reunida em Fernando Pó, a 29 de janeiro, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** Simone Fragoso pelo título de Campeã Nacional, desejando os maiores sucessos para a sua carreira

desportiva e que continue a prestigiar o concelho, esperando que se concretize o objetivo de estar nos próximos Jogos Paralímpicos.”

Submetida a saudação (Simone Fragoso) a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

• **Empreitada de beneficiação do Mercado Municipal de Quinta do Anjo – O Sr. Presidente** informa que o município adjudicou a empreitada de beneficiação do Mercado Municipal de Quinta do Anjo, por cerca de 59.000€. É uma obra que consiste na substituição da cobertura e aplicação de isolamento térmico, pintura de fachadas com a integração de murais existentes, substituição da rede elétrica e de iluminação e tem como objetivo melhorar as condições de conservação e conforto e modernizar o espaço, adaptando-o a novas valências ao serviço da comunidade. A empreitada deverá ter uma duração de cerca de 60 dias.

• **PRIA – Serviço Municipal de Teleassistência – O Sr. Vereador Adilo Costa** informa que já se encontra implementado, no concelho de Palmela, o Serviço Municipal de Teleassistência, que constitui uma resposta de apoio em situações de emergência. É um serviço inteiramente gratuito, funciona a partir de um dispositivo móvel (telefone) que mediante o acionar de um botão (localizado numa pulseira), estabelece uma ligação imediata a uma central que funciona 24h/7 dias da semana. O serviço de assistência permanente, a central de atendimento telefónica, responde a qualquer situação de emergência, acionando os meios necessários de apoio e socorro e até à data o projeto abrange 50 em 35 municípios, residentes em diferentes núcleos, aceiros e aglomerados de todas as freguesias do concelho, pessoas idosas que residem, na sua maioria, sozinhas, com uma insuficiente rede de apoio e para as quais este serviço constitui uma mais-valia para a sua segurança e qualidade de vida. Destaca a abrangência do projeto na União das Freguesias de Poceirão Marateca, com 5 dispositivos instalados em diferentes aceiros e zonas de maior isolamento, como a Herdade do Zambujal. Para a sua implementação, a autarquia contou com a participação ativa da Rede Social, que contribuiu para a identificação das pessoas em situação de maior fragilidade, dando continuidade ao trabalho de parceria de colaboração que se encontra enraizado no concelho. Este serviço encontra-se enquadrado na Operação PRIA – Percursos em Rede para a Inclusão Ativa, intervenção cofinanciada no âmbito do PorLisboa Portugal 2020.

• **Palmela – Experiências com Sabor! – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** informa que o Programa de Promoção Gastronómica Local, “Palmela – Experiências com Sabor!” assinalou no ano transato 10 anos de existência. Este programa foi criado com o objetivo de promover a

notoriedade da marca turística Palmela, como território associado à gastronomia, aos produtos locais de qualidade e às experiências de qualidade. Trata-se de um projeto criado pela Câmara Municipal de Palmela e conta com o apoio da Associação da Rota de Vinhos da Península de Setúbal que tem apostado na promoção da gastronomia local e no trabalho em parceria com os agentes económicos do sector da restauração e da hotelaria, projetando as potencialidades turísticas do concelho. O produto turístico Gastronomia e os Vinhos, está identificado nos planos nacionais e regionais de turismo como um dos mais relevantes eixos estratégicos de captação de visitantes, constituindo uma prioridade no plano de promoção turística "Palmela Conquista".

No âmbito deste programa foram realizados, nos últimos 10 anos, vários eventos de promoção gastronómica, com os nossos produtos endógenos, como são exemplo: a Maçã Riscadinha, a Fogaça de Palmela, o Queijo de Ovelha, a Sopa Caramela, o Vinho de Palmela, o Moscatel de Setúbal, o Coelho à moda de Palmela e, mais recentemente, o Arroz Carolino do Sado. Foram igualmente, realizados mais de uma centena de mostras e concursos gastronómicos e de doçaria, Show Cooking's, Workshop's, e Ações de Formação e qualificação dirigidas aos profissionais da hotelaria e da restauração. Destaca que uma das mais emblemáticas iniciativas deste projeto são os Fins de Semana Gastronómicos temáticos, onde os estabelecimentos aderentes confeccionam pratos principais, sobremesas e, até mesmo, bebidas, com o produto regional em destaque. O calendário anual deste Programa incluiu várias iniciativas de preservação, valorização, promoção e inovação da gastronomia local com resultados muito positivos para a dinamização da economia local ao longo destes 10 anos. Ao longo deste programa, foram realizados 61 Fins de Semana Gastronómicos Temáticos, tendo-se registado 1117 participações de estabelecimentos de restauração e hotelaria, que apresentaram um total de 2.294 propostas gastronómicas e salienta que algumas destas propostas gastronómicas começaram a fazer parte integrante dos menus dos restaurantes. Portanto, ao longo destes 10 anos foram igualmente promovidos mais de 100 Show Cooking's, Cursos de Vinhos, Provas comentadas e outras iniciativas que mereceram a atenção dos principais canais televisivos nacionais, rádios e órgãos de comunicação social locais, regionais, nacionais e internacionais. Foram criadas novas receitas, como o Bife com Moscatel de Setúbal ou o Bacalhau com Maçã Riscadinha, e surgiram também, novos produtos como o Bombom de Moscatel ou o licor de maçã riscadinha. Paralelamente, assistiu-se ao surgimento de novas empresas que se dedicam, atualmente, à gastronomia e à doçaria como são exemplo: a Confeitaria S. Julião, a Alquimia dos Sabores e a Doce da Bina.

Refere ainda que foram realizadas várias ações de formação profissional, nomeadamente, em serviço de vinhos, serviço de mesa, marketing e redes sociais, Gestão de negócio, vitrinismo, HACCP, língua inglesa e francesa. Com destaque, sobretudo para a publicação editada com base no Concurso de Doçaria com Moscatel, que deu origem a uma Mostra de Doçaria realizada na Capela de S. João Batista, elaborada com receitas de doçaria confeccionadas com Moscatel de Setúbal, que permitiram elevar o valor desta casta e aplicá-la em inovação gastronómica.

Salienta também a importância das parceiras com a Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa, a Escola Superior de Turismo e Hotelaria do Estoril, a AHRESP - Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal e a Associação de Escanções de Portugal. Portanto, cumprido um ciclo de 10 anos, com um balanço claramente positivo, o município com os seus parceiros está a programar a evolução deste projeto para novos patamares de desenvolvimento, que permita afirmar cada vez mais a qualidade dos nossos produtos endógenos, da restauração, da gastronomia e da doçaria do concelho de Palmela.

• **Formação na qualificação de serviço de vinhos – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que no prosseguimento da estratégia de valorização dos vinhos e da gastronomia e de qualificação dos serviços de restauração, o município de Palmela em parceria com a Associação da Rota de Vinhos da Península de Setúbal, promove a formação na qualificação de vinhos. Assim, entre 11 a 14 de fevereiro próximo, decorrerá em Palmela, o Curso Nacional Fernando Ferramentas, assim designado uma vez que se tratar de um evento inspirado na figura mítica do fundador da Associação dos Escanções de Portugal (AEP), Fernando Ferramentas. Este curso decorre uma vez por ano, em diferentes cidades portuguesas, com o objetivo de promover os Vinhos de Portugal, apostando na formação e visando apoiar a hotelaria, restauração e o setor do turismo, no conhecimento e qualificação do serviço de vinhos. Refere ainda que irão ser integrados neste curso, os alunos do 12º ano Curso Técnico de Turismo Rural, da Escola Secundária de Palmela, no âmbito do Programa «Wine In Moderation» que o Município tem vindo a desenvolver com este público, sendo certamente, um curso enriquecedor para estes jovens enquanto futuros profissionais da área do turismo, desenvolvendo assim, conhecimentos no âmbito da enologia.

• **Exposição temporária dedicada a Hermenegildo Capelo – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** informa que no dia 4 de fevereiro, o município irá inaugurar a exposição Hermenegildo Capelo: «Foi aqui q eu nasci», que estará patente no Espaço Cidadão. A exposição apresentará o percurso biográfico deste cidadão lembrando a sua família, o contexto histórico da sua vida profissional e algumas particularidades da sua personalidade a partir dos livros escritos como resultado das duas grandes expedições que realizou em África, nos finais do século XIX. No decurso desta exposição, irão ser realizadas visitas guiadas, sujeitas a marcação prévia.

• **Open da Federação Mundial de Dança Desportiva – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** informa que no dia 25 de janeiro, realizou-se na Batalha, o Campeonato Regional de Kempo, organizado pela Federação Portuguesa de Lohan Tao Kempo, que contou a presença

de 5 atletas em representação Associação de Kenpo Costa Azul, que alcançaram as seguintes classificações: Fábio Lobo, Campeão Regional de Light Kempo (combate), escalão 14/15 anos (-58Kg); Pedro Caldeira: Vice-campeão Regional de Light Kempo (combate), escalão 11/13 anos (-53kg);Guilherme Oliveira: Vice-campeão Regional Light Kempo (combate), escalão 11/13 anos (-43kg) e 3º Classificado Formas Hard Mão Vazia (técnica), escalão 11/13 (Purpura/Verde); Pedro Sampaio: 3º Classificado Formas Hard Mão Vazia (técnica), escalão 11/13 anos (Purpura/Verde) e Eva Ribeiro: 3ª Classificada Formas Hard de Armas (técnica), escalão 9/10 anos (Branco/Laranja).

• **Corta mato Regional - Atletismo – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha** informa que no dia 26 de janeiro, realizou-se em Paio Pires, o Campeonato Regional de Costa Mato, organizado pela Associação de Atletismo de Setúbal, que contou com a presença de atletas em representação dos clubes do Concelho, tendo alcançado lugares de pódio nas classificações coletivas, nomeadamente da Associação Académica Pinhalnovoense sagrou-se Vice-campeã Regional escalão Iniciados masculinos; o Palmelense Futebol Clube, Vice-campeão Regional escalão Infantis femininos e o Quintajense Futebol Clube, Vice-campeão Regional escalão Infantis masculinos.

Questões apresentadas pelos/a Srs/a. Vereadores/a Paulo Ribeiro, António Braz e Mara Rebelo

- **Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) – O Sr. Vereador Paulo Ribeiro** refere que relativamente à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Palmela CPCJ, a qual considera que há necessidade de a dotar de meios, pois atualmente conta apenas com 3 técnicos e não estão todos a tempo inteiro e do conhecimento que tem, a CPCJ está com um défice de 70% de horas semanais em relação à equipa técnica. Portanto, num território extenso como o concelho de Palmela e, sobretudo em freguesias como Poceirão e Marateca, com grandes distâncias, a exiguidade dos meios ao dispor fazem com que a CPCJ não possa cumprir todos os objetivos que tem e deixa muito a desejar em termos de acompanhamento de casos sociais mais complexos, que estejam relacionados com os jovens e com as crianças do concelho, particularmente das zonas mais afastadas do centro do concelho. Portanto, naquilo que são as competências da autarquia e bem sabe que a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens tem uma série de parceiros, entre os quais, a Segurança Social, a Saúde, a Educação e a própria autarquia, todos terão as suas responsabilidades, mas questiona, no caso da autarquia, como estão as condições de afetação de técnicos.

- **Troço de Águas de Moura – O Sr. Vereador António Braz** deixa um reconhecimento pelo facto das Infraestruturas de Portugal ter repavimentado o troço de Águas de Moura na EN 10 e

sendo a estrada nacional uma das principais vias que de circulação que percorre a freguesia de Marateca para a ligação à sede de concelho e sede de distrito, por isso é com agrado que o PS vê este troço qualificado, faltando, no entanto, o restante troço até à localidade das Pontes, ou seja a zona que abrange Cajados e espera que as Infraestruturas de Portugal sejam céleres com a repavimentação do restante troço.

- **De Águas de Moura a Fernando Pó** – O **Sr. Vereador António Braz** refere que há dois pontos que liga a estrada entre Fernando Pó a Águas de Moura, sobretudo a curva que vem do Bairro Margaça que faz ligação a Fernando Pó, que é muito apertada e recorda que em tempos houve uma negociação com o proprietário daquele pedaço de terreno para um eventual alargamento dessa curva, mas acabou por não ser possível. Portanto, não sendo possível esta hipótese, questiona se há condições para se colocar um espelho circunflexo para dar mais visibilidade e segurança a quem ali circula.

- **Separadores derrubados** – O **Sr. Vereador António Braz** alerta que no entroncamento na rua que se chamava antigamente a rua do Zé da Mula, tem uns separadores que por baixo estão completamente derrubados e se houver ali um acidente com um motociclista, poderá ser muito grave e perigoso.

- **Abrigo de passageiros** – O **Sr. Vereador António Braz** alerta que há um abrigo de passageiros antes da rotunda em Bairro Margaça está danificada, já nem tendo as laterais de acrílico e questiona qual a possibilidade de deslocar esse abrigo para junto da Casa Margaça, que é onde está uma paragem de autocarros e não tem abrigo nenhum.

- **75 anos da libertação de Auschwitz** – A **Sra. Vereadora Mara Rebelo** cumprimenta os presentes e assinala os 75 anos de libertação de Auschwitz, que se comemoraram e que representa um símbolo máximo da barbárie humana. No dia em que se comemorou este aniversário, refere que se deve lembrar não apenas este dia, mas todos os dias do ano, não apenas as vidas dos milhões de judeus, mas de todos aqueles que pelas suas origens, crenças, orientações sexuais, condições físicas e opções políticas, foram perseguidos. Portanto, recordar este período negro da história da humanidade e assegurar que não se repita, é mais do que nunca, um imperativo, especialmente numa altura em que surgem vozes de incentivo ao ódio, à xenofobia e ao racismo. Refere ainda que é absolutamente lamentável este tipo de postura, principalmente quando são proferidas por um deputado e, por essa razão, considera que são inadmissíveis num regime democrático e que todos devem condenar veemente.

Às questões apresentadas, são dadas as seguintes respostas:

_ 75 anos da libertação de Auschwitz (Questão apresentada pela Sra. Vereadora Mara Rebelo)
– O **Sr. Presidente** felicita a Sra. Vereadora Mara Rebelo pela evocação dos 75 anos da libertação de Auschwitz, pelo facto de ter apresentado este assunto em reunião de Câmara, porque estas questões da cidadania e de tomada de consciência, seja a nível local e também a nível global, devem ter permanentemente estas lições presentes para evitar erros futuros na humanidade.

_ Assuntos apresentados pelo Sr. Vereador António Braz – O **Sr. Presidente** em relação às questões apresentadas pelo Sr. Vereador António Braz refere que o município vai procurar conferir esses aspetos e corrigir as situações que apresentou.

_ Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (Questão apresentada pelo Sr. Vereador Paulo Ribeiro) – O **Sr. Presidente** quanto à questão sobre a CPCJ, esclarece que recentemente realizou-se uma reunião de trabalho com a estrutura nacional que acompanha as CPCJ, na qual fizeram um balanço do trabalho e da atuação da Comissão e, efetivamente, foram diagnosticados alguns problemas. No caso da autarquia, para além de criar as condições físicas para o funcionamento da Comissão, entre outros apoios técnicos e logísticos, têm estado com um problema decorrente de uma baixa médica da técnica que está destacada a tempo inteiro. No entanto, já foi tomada a decisão de afetar uma outra técnica, que estava a tempo parcial, para substituir a técnica que se encontra de baixa médica. Portanto, esse é o contributo que irá ser dado, para que da parte do município, não se possa sentir qualquer quebra de apoio técnico, logístico e financeiro que é dado ao funcionamento da Comissão, que vai naturalmente implicar outras medidas no seio da autarquia, porque é uma pessoa da área da psicologia que ficará dedicada em exclusividade.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E RECURSOS HUMANOS

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 1 – 1.ª Alteração ao Orçamento 2020 e Grandes Opções do Plano 2020-2023.

PROPOSTA N.º DAFRH 01_02-20:

«A 1.ª alteração ao Orçamento 2020 e Grandes Opções do Plano 2020-2023 tem como finalidade proceder ao reforço de dotações com insuficiência de verbas para acomodar encargos transitados do ano de 2019 e cuja liquidação se considera imperiosa para assegurar o cumprimento da Lei dos Compromissos em Atraso, bem como, o reforço de ações com dotação insuficiente de modo a possibilitar a adjudicação de procedimentos concursais urgentes, nomeadamente:

1. Reforço da ação Parque Habitacional do Município – Reparação e Beneficiação, de modo a permitir o lançamento de procedimento concursal;
2. Reforço da ação Remoção Integrada de Resíduos Sólidos, de modo a permitir o lançamento de procedimento concursal;
3. Reforço da ação Espaço Museológico – Caminhos de Ferro e Ferroviários no Pinhal Novo, de modo a permitir o lançamento de procedimentos concursais;
4. Reforço da ação Pavimentação da Rua Humberto Delgado – Venda do Alcaide, de modo a permitir o lançamento de procedimento concursal e cuja dotação se encontra a definir;
5. Inclusão de nova ação Pavimentação da Rua 1º de Maio – Terrim/Quinta do Sobral, de modo a permitir o lançamento de procedimento concursal;
6. Reforço da ação Pavimentação do Aceiro do Miranda – Pinhal Novo, de modo a permitir o lançamento de procedimento concursal e cuja dotação se encontra a definir;

Foram, igualmente, introduzidos outros acertos sem expressão relevante nos documentos em apreciação.

A compensação destes reforços foi efetuada com a diminuição da dotação das ações relativas aos pagamentos à Simarsul, despesas com consumo de energia de instalações e equipamentos municipais, transportes escolares, apoio ao associativismo, festas locais, outras despesas correntes – outras, cujas verbas não serão necessárias utilizar nos primeiros meses do ano e que serão repostas na 1.ª revisão aos documentos previsionais, com a inclusão do saldo de gerência de 2019.

O valor desta alteração é de 577.239,00 € (quinhentos e setenta e sete mil, duzentos e trinta e nove euros), e representa 1,22% do Orçamento em vigor.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do art.º 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do

Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, **propõe-se** a aprovação da 1.ª alteração ao Orçamento de 2020 e Grandes Opções do Plano 2020-2023.»

Sobre a proposta de 1.ª Alteração ao Orçamento 2020 e Grandes Opções do Plano 2020-2023 numerada DAFRH 01_02-20 intervêm:

O **Sr. Presidente** refere que esta 1ª alteração tem como finalidade proceder ao reforço de dotações com a insuficiência de verbas para acomodar encargos transitados do ano de 2019 e cuja liquidação se considera imperiosa para assegurar o cumprimento da lei dos compromissos em atraso, bem como o reforço de ações com dotação insuficiente, de modo a possibilitar a adjudicação de procedimentos concursais urgentes, dos quais destaca o reforço da ação - parque habitacional do município, reparação e beneficiação, de modo a permitir o lançamento de procedimento concursal, porque, de facto, estão no período de atribuição de habitações e sem ter as casas totalmente reparadas, não faz sentido, portanto, ainda falta lançar mais um concurso para a reparação de habitações. Depois o reforço da ação remoção integrada de resíduos sólidos, de modo a permitir o lançamento de um procedimento de concursal que é necessário reforçar, para se poder iniciar o concurso. O reforço da ação espaço-museológico caminhos-de-ferro e ferroviários no Pinhal Novo é para permitir o lançamento de procedimentos concursais, uma vez que o espaço já foi intervencionado no que diz respeito a questões de proteção barreiras físicas e acessibilidades, contudo é necessário adquirir outros materiais, desde a construção de móveis para exposição e outras questões. O reforço da ação pavimentação da Rua Humberto Delgado, na Venda do Alcaide, cuja dotação se encontra a definir, a inclusão de uma nova ação denominada pavimentação da Rua 1º de Maio, no Terrim Quinta do Sobral, para permitir um lançamento de procedimento concursal e o reforço da ação pavimentação do Aceiro do Miranda, em Pinhal Novo, para permitir o lançamento de procedimento de concursal.

Portanto, para estes reforços, o município irá procurar compensar com a diminuição de dotação das ações relativas aos pagamentos à Simarsul, despesas com consumo de energia de instalações e equipamentos municipais, transporte escolar e apoio ao associativismo, festas locais e outras despesas correntes, cujas verbas voltarão a ser repostas e reforçadas, no máximo, na 1ª revisão, porque, nestes primeiros meses do ano ainda há uma folga nestas áreas, cuja verba só vai ser necessária a sua totalidade inscrita, para os meses de maio, junho. Assim, recorreu-se a estas rubricas para se poder fazer agora estes reforços que são urgentes. O valor total desta alteração cifra-se em 577.239,00 € e representa 1,22% do Orçamento em vigor.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que o PS irá votar favoravelmente a presente proposta, uma vez que se trata apenas de um acerto, que tem uma expressão pouco significativa, ou seja, pouco mais do que 1% em relação ao total do orçamento e que irá permitir à autarquia

funcionar até ser efetuada a primeira revisão, que irá traduzir-se nos orçamentos de cada serviço a totalidade das opções que foram tomadas neste orçamento.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Paulo Ribeiro. Aprovado em minuta.

SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 2 – Renovação do Protocolo de Colaboração para apoio ao funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes.

PROPOSTA N.º SMPC 01_02-20:

«Considerando que:

1. O Município de Palmela foi precursor no desenvolvimento de parcerias e apoios às Associações Humanitárias de Bombeiros do Concelho, através da criação de instrumentos que permitiram, nos últimos anos, dotar os seus corpos de bombeiros de meios adequados e de prontidão na prestação do socorro à população.
2. Na sequência dessa posição foram criados os protocolos de apoio ao funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes (GBP) celebrados entre a Câmara Municipal de Palmela e as três Associações Humanitárias de Bombeiros do Concelho, que se têm revelado como importantes instrumentos de resposta às nossas comunidades, nos domínios da segurança, prevenção e socorro;
3. Os mesmos têm vigência anual, podendo ser renovados por igual período (cf. nº2 da Cláusula Sexta), não obstante as várias revisões e atualizações de que têm sido objeto;
4. O último protocolo cessou a sua vigência em final de 2019, e as recentes alterações legislativas entretanto ocorridas ou em curso, nomeadamente no que resulta no processo de descentralização de competências previstas para as autarquias locais, impõem a necessária e ponderada reflexão sobre a matéria da proteção civil e socorro;
5. Para o presente ano pretende-se manter a composição dos GBP, incluindo as Equipas de Intervenção Permanente – EIP (de acordo com o protocolo celebrado entre a ANEPC, Bombeiros e Câmara Municipal);
6. Assim, e em resultado da reflexão realizada entre as partes – Câmara Municipal de Palmela e Associações Humanitárias de Bombeiros – **propõe-se** que:
 - a) A Câmara Municipal delibere, ao abrigo da alínea u) do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, aprovar os Protocolos de Apoio ao Funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes, celebrados com as Associações

Humanitárias de Bombeiros do Concelho, nos termos da minuta anexa à presente proposta, que estipula a comparticipação destinada ao funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes, no valor global de 390.846,00€ (trezentos e noventa mil, oitocentos e quarenta e seis euros), a dividir pelas três associações, conforme quadro infra:

Associação	N.º (mínimo) Elementos	Valor (€)
Associação Humanitária dos Bombeiros de Palmela	8	130.282,00
Associação Humanitária dos Bombeiros de Pinhal Novo	8	130.282,00
Associação Humanitária dos Bombeiros Mistos de Águas de Moura	8	130.282,00
TOTAIS	24	390.846,00

- b) O referido protocolo de Apoio ao Funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes, tenha a duração de um ano (2020), com efeitos a partir de janeiro, podendo ser renovado por igual período.»

Sobre a proposta de Renovação do Protocolo de Colaboração para apoio ao funcionamento dos Grupos de Bombeiros Permanentes numerada SMPC 01_02-20 intervêm:

O/A **Sr./a Vereador/a António Braz e Palmira Hortense** pedem escusa da votação desta proposta, tendo o **Sr. Presidente** aceite os pedidos.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E COESÃO SOCIAL

GABINETE DE PROJETOS SOCIOEDUCATIVOS

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 3 – Indicação do representante do Município na Associação 'UNIV Sénior de Palmela'.

PROPOSTA N.º DECS_GPS 01_02-20:

«O Município, reconhecendo a importância de constituição no território do concelho de Palmela de uma resposta socioeducativa estruturada, sustentável, pensada e dinamizada com e para a população de mais idade, de acordo com os seus interesses, participou no desenvolvimento e constituição do projeto 'Universidade Sénior de Palmela', com os parceiros locais.

Esta resposta insere-se no âmbito das políticas promotoras do Envelhecimento Ativo e da

Relação entre Gerações, assentes em valores e princípios como o Respeito, Dignidade, Autonomia, Participação, Informação, Educação ao Longo da Vida e Felicidade.

Para o efeito, foram realizadas diversas diligências, no sentido de impulsionar este processo, procurando que fosse participado pelos interlocutores com experiência e competência na área do envelhecimento que evidenciaram vontade de assumir o presente desafio e, ao mesmo tempo, que reunisse condições de sustentabilidade.

O presente processo culminou, no dia 14 de novembro de 2019, com a constituição oficial da Associação 'UNIV Sénior de Palmela' através da celebração de escritura notarial.

De âmbito concelhio, a UNIV Sénior de Palmela é fruto da vontade e trabalho de dez parceiros locais, sendo seus sócios fundadores, em situação de paridade: Associação dos Idosos de Palmela; Câmara Municipal de Palmela; Carlos Taleço, Fundação C.O.I.; Juntas de Freguesia de Palmela, Pinhal Novo e Quinta do Anjo; Rotary Club de Palmela; Sociedade de Instrução Musical, Quinta do Anjo e a União Social Sol Crescente da Marateca.

Com sede no Espaço Cidadão Palmela, a UNIV Sénior de Palmela visa a valorização do exercício da cidadania ativa das pessoas de mais idade, a defesa dos seus direitos e o incentivo à sua participação na vida da comunidade, contrariando situações de isolamento e solidão.

Para o efeito, e na sequência da proposta aprovada em reunião de câmara no dia 7 de fevereiro de 2018 **propõe-se**, nos termos do disposto na alínea oo), do nº 1, do artigo 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado em anexo à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da nomeação do Vereador Adilo Oliveira Costa como elemento representante do Município na Associação 'UNIV Sénior de Palmela', podendo eleger e ser eleito nos termos dos Estatutos da referida Associação, respeitando os condicionalismos legalmente previstos na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (RJAL).»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E RECURSOS HUMANOS

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 4 – Autorização para abertura de procedimentos concursais para constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado.

PROPOSTA N.º DAFRH_DRH 01_02-20:

«Considerando que:

1. Por deliberação camarária, tomada em 15 de janeiro de 2020, foi aprovado o montante máximo a título de encargos com recrutamentos necessários à ocupação de novos postos de trabalho a preencher no ano de 2020, no valor de € 247.000 (duzentos e quarenta e sete mil euros), em consonância com a dotação global constante no orçamento municipal a vigorar em 2020, conforme preceituado nas disposições conjugadas na al. a) do nº 2 do art.º 5º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, e no nº 3 do art.º 31º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP).

Prescreve, por seu turno, o nº 7 do art.º 31º da LTFP que “Em caso de desocupação permanente de postos de trabalho previstos no mapa de pessoal e anteriormente ocupados, podem as correspondentes verbas orçamentais acrescer ao montante previsto para encargos com o recrutamento de trabalhadores”.

2. No mapa de pessoal de 2020, aprovado em sessão da Assembleia Municipal realizada no dia 5 de dezembro de 2019, existem diversos postos de trabalho vagos, designadamente nas carreiras gerais – Técnico Superior, Assistente Técnico e Assistentes Operacionais –, bem como na carreira específica de fiscalização municipal, destinados a serem providos por tempo indeterminado, para satisfação de necessidades permanentes de serviço nas respetivas unidades orgânicas, de acordo com as atribuições e competências que se lhe encontram cometidas.
3. Para o efeito, salienta-se que, inexitem reservas de recrutamento na Câmara Municipal de Palmela constituídas no âmbito de procedimentos concursais anteriormente desencadeados, nem tem sido possível assegurar o respetivo provimento com recurso ao mecanismo da mobilidade na categoria, através de ofertas publicitadas no Portal da Bolsa de Emprego Público (BEP)
4. Acresce que, de acordo com o imperativo legal, foi assegurado o procedimento prévio de aferição de pessoal disponível em situação de valorização profissional, junto da respetiva entidade gestora supramunicipal- Área Metropolitana de Lisboa (cfr artº 34º da Lei nº 25/2017, de 30 de maio, conjugado com o artº 16º do DL nº 209/2009, de 3/9, na atual redação), que comunicou a este município, através de correio eletrónico em 24 de janeiro de 2020, que a Entidade Gestora da Requalificação nas Autarquias (EGRA) ainda não se encontra constituída na Área Metropolitana de Lisboa.
5. Uma vez que o município de Palmela se encontra e situação de equilíbrio financeiro não são impostas por via da LOE/2019 – Lei nº 71/2018, de 31 de dezembro, cuja vigência do respetivo articulado é prorrogada para 2020, até entrada em vigor de LOE, por via do artº 12º- H da Lei nº 91/2001, de 20/8 –, quaisquer restrições ao recrutamento de pessoal, sem prejuízo, contudo, da necessária observância das regras de equilíbrio orçamental, bem como do cumprimento dos limites de endividamento e demais obrigações de

sustentabilidade das respetivas finanças locais, devendo, nesse sentido, ser prestada trimestralmente informação detalhada à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL).

6. Tendo presente os princípios de racionalização e de eficiência que devem nortear a gestão de recursos humanos, no que concerne designadamente à economia processual, atenta a necessidade de imprimir a máxima celeridade às admissões de pessoal, por forma a suprir necessidades permanentes de serviço, em diversas áreas técnicas (nomeadamente engenharia civil, engenharia de segurança do trabalho, topografia e fiscalização municipal) bem como assegurar a constituição de futuras reservas de recrutamento no âmbito da engenharia eletrotécnica e nos serviços operacionais para satisfação de necessidades básicas à população (limpeza urbana, conservação de vias e arruamentos), não descurando a prioridade legal que em sede de recrutamento tem de ser observada relativamente a candidatas/os detentoras/es de vínculo contratual público por tempo indeterminado, consagra o artº 30º n.ºs 4, 5 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o artº 9º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, a possibilidade do órgão executivo municipal autorizar a abertura de procedimento concursal com alargamento a candidatas/os sem aquele vínculo.

Assim, **propõe-se** que a Câmara Municipal, nos termos o nº 1 do art.º 4º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com o estatuído no nº 3 do art.º 30º da LTFP delibere autorizar a abertura de procedimentos concursais comuns para constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, destinados à ocupação de postos de trabalho nas carreiras e categorias, a seguir referidas, e caso se justifique, mediante avaliação casuística, com alargamento a candidatas/os sem relação jurídica de emprego público, condicionada à observância da prioridade legal na admissão estabelecida para as/os vinculadas/os à administração pública por tempo indeterminado.

Carreiras/categorias:

- a) Carreira Técnica superior – área funcional de engenharia civil;
- b) Carreira Técnica Superior – área funcional de engenharia de segurança do trabalho;
- c) Carreira Técnica Superior – área funcional de engenharia eletrotécnica – para constituição de futuras reservas de recrutamento;
- d) Carreira e categoria de Assistente técnico – área funcional de topografia;
- e) Carreira específica de Fiscalização Municipal;
- f) Carreira de Assistente Operacional – áreas funcionais de cantoneiro e cabouqueiro – para constituição de futuras reservas de recrutamento.»

Sobre a proposta de Autorização para abertura de procedimentos concursais para constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado numerada DAFRH_DRH 01_02-20 intervém:

O **Sr. Presidente** refere que com esta proposta pretende-se reunir condições para começar já a trabalhar nestes processos e daí a necessidade de autorização da Câmara, sem prejuízo de outras que possam vir a surgir.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E COESÃO SOCIAL

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

Pelo **Sr. Vereador Adilo Costa** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 5 – Bolsas de Estudo ano letivo 2019/2020.

PROPOSTA N.º DECS_DE 01_02-20:

«A atribuição de Bolsas de Estudo tem por objetivo apoiar os/as alunos/as do concelho de Palmela no início e prossecução dos seus estudos nomeadamente, aqueles/as que comprovem dificuldades económicas e reconhecido aproveitamento escolar e que, de outra forma, teriam dificuldade em prosseguir os mesmos.

Justifica-se assim, plenamente, a continuidade de uma prática instituída na Câmara Municipal, desde o ano letivo anterior, que consiste na atribuição de Bolsas de Estudo a estudantes economicamente carenciados/as que prosseguem os estudos após a conclusão do ensino básico.

Cada estudante pode beneficiar da Bolsa uma única vez, em cada ciclo de ensino.

É considerada condição de admissão na atribuição das Bolsas de Estudo, o/a estudante que comprovadamente revele carência económica, isto é, cujo rendimento percapita do agregado familiar do/a candidato/a seja igual ou inferior ao salário mínimo nacional em vigor ao início do ano letivo a que diz respeito a candidatura. No caso concreto, no ano 2019, corresponde o valor de 600,00€.

O Regulamento Municipal de Atribuição das Bolsas de Estudo (RMABE) prevê que, por ano, a CMP atribua até 30 bolsas, sendo 10 a estudantes do ensino secundário, 10 a estudantes de cursos de especialização tecnológica (CET) e 10 a estudantes do ensino superior. O montante das bolsas é de 500,00€, 750,00€ e 1.000,00 € respetivamente.

Procedendo à aplicação do RMABE para o presente ano letivo, e ao serem analisadas, por conta dos critérios das diversas normas constantes no mesmo, foram rececionadas 35 candidaturas, sendo 18 ao ensino secundário, 15 ao ensino superior e 2 candidaturas aos cursos de especialização tecnológica, pós secundário, nível V.

Atendendo ao despacho do Senhor Presidente da Câmara datado de 24/01/2020, referente à aprovação da lista definitiva dos candidatos contemplados, fazendo parte integrante a lista ordenada definitiva, nos termos do nº 6, do artigo 11º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo, **propõe-se** que a Câmara Municipal de Palmela atribua, nos termos do nº 6, do artigo 5º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo, e conforme alínea hh), do nº 1, do artigo nº 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o valor global de 15.500,00€ (quinze mil e quinhentos euros), aos/às alunos/as indicados/as na lista definitiva em anexo, a qual faz parte integrante desta proposta, de acordo com o valor aí indicado.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

DIVISÃO DE CULTURA E DESPORTO

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 6 – Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre os Municípios de Palmela, Sesimbra e Setúbal e a UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo.

PROPOSTA N.º DCDJ_DCD 01_02-20:

«No dia 15 de março de 2020, Palmela acolhe as provas de Ciclismo de Estrada, “Granfondo da Arrábida” e a 4.ª edição da “Clássica da Arrábida”, numa organização conjunta entre a UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo e os Municípios de Palmela, Sesimbra e Setúbal.

A realização destes eventos visa afirmar a região como um destino privilegiado para a prática do ciclismo e do turismo em bicicleta, onde o desporto, a natureza e a cultura convivem em harmonia, atraindo não só o universo de ciclistas profissionais, nacionais e internacionais, mas também todos os praticantes amadores, populares e turistas em bicicleta com interesse na modalidade e na região.

Considerando que:

- de acordo com o enunciado no n.º 1, do artigo 5.º, da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, cabe ao Estado e às autarquias locais articularem e compatibilizarem as respetivas intervenções, direta ou indiretamente, no desenvolvimento da atividade física e no desporto, num quadro descentralizado de atribuições e competências;
- a intervenção municipal tem como um dos eixos estratégicos, o desenvolvimento desportivo no concelho e a realização de iniciativas que projetem e dinamizem a atividade turística e por consequência a promoção e incentivo da economia local;

- desde o início da implementação do Programa de Desenvolvimento do Ciclismo que a autarquia tem apoiado, a vários níveis, a organização de eventos no âmbito do ciclismo nas suas diferentes disciplinas: ciclismo de estrada, BTT, BMX/BSX e Cicloturismo;
- a UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo, enquanto pessoa coletiva de fim associativo, que tem como objetivo, entre outros, a promoção, regulamentação e direção, a nível nacional, da prática do ciclismo em todas as suas especialidades e vertentes, tem sido parceira do município, na organização de inúmeros eventos desportivos no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Ciclismo, contribuindo para a formação desportiva dos munícipes e para o desenvolvimento da cultura física e do desporto.

Propõe-se que, ao abrigo do disposto das alíneas e) e f), do n.º 2, do artigo 23.º, das alíneas o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovados pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como dos artigos 6.º, 46.º e 47.º, todos da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, que aprovou a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, bem como o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, com a nova redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 41/2019 de 26 de março, que veio estabelecer o Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, a aprovação do Contrato-Programa entre o Município de Palmela e a UVP - Federação Portuguesa de Ciclismo, em anexo, e que faz parte integrante da presente proposta, que define os termos de cooperação entre as partes no âmbito da promoção e desenvolvimento do Ciclismo, concretamente no que diz respeito à organização das provas “Clássica da Arrábida” e “Ciclodesportiva da Arrábida - Granfondo da Arrábida”.»

Sobre a proposta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre os Municípios de Palmela, Sesimbra e Setúbal e a UVP – Federação Portuguesa de Ciclismo numerada DCDJ_DCD 01_02-20 intervém:

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** refere que esta proposta visa promover a prática desportiva, o ciclismo para todos e acredita que é um excelente projeto e elucidativo, daquilo que é a cooperação intermunicipal entre os três municípios, Palmela, setúbal e Sesimbra.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

DEPARTAMENTO DE CULTURA, DESPORTO E JUVENTUDE

GABINETE DA JUVENTUDE

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 7 – Atribuição de apoios financeiros no âmbito do Março a Partir 2020.

PROPOSTA N.º DCDJ_GJ 01_02-20:

«Considerando que:

- compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente constituídos, e apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, nos termos das alíneas o), e u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL);
- o Município de Palmela tem atribuições no domínio da cultura, dos tempos livres, do desporto e da promoção do desenvolvimento, nos termos das alíneas e), f) e m), do n.º 2, do artigo 23.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL);
- através da promoção do movimento associativo juvenil do concelho, a autarquia, efetivamente, contribui para o desenvolvimento de uma atitude participativa, responsável e inovadora, dos jovens na sua comunidade, proporcionando-lhes momentos importantes de aprendizagens formais e informais referentes ao desenvolvimento pessoal e social dos jovens;
- a intervenção municipal tem como um dos eixos estratégicos o desenvolvimento sociocultural, com investimento na educação e na juventude, e que importa valorizar a dinâmica associativa, tendo em conta a sua diversidade e especificidade, sempre na perspetiva de articulação entre a racionalização dos recursos disponíveis e a maximização das atividades dinamizadas;

Propõe-se, de acordo com as alíneas o) e u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição do apoio financeiro de € 5.000,00 (cinco mil euros) à Associação Juvenil Odisseia e a atribuição do apoio financeiro de € 1.500,00 (mil e quinhentos euros) à Associação Juvenil COI, para o desenvolvimento de atividades, de acordo com vontade expressa pelos promotores do projeto Março a Partir 2020, responsabilizando estas Associações Juvenis e o Grupo de Trabalho do projeto, pela gestão financeira e prestação de contas.»

Sobre a proposta de Atribuição de apoios financeiros no âmbito do Março a Partir 2020 numerada DCDJ_GJ 01_02-20 intervêm:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** pede escusa da votação desta proposta.

O **Sr. Presidente** aceita o pedido de escusa.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das vinte e três horas e cinquenta minutos, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco